

Liderança
Capitalização S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em
30 de junho de 2019**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstração de resultados	10
Demonstração do resultado abrangente	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	14

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras intermediárias da Liderança Capitalização S.A. (“Empresa”) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias.

A Empresa encerrou o primeiro semestre de 2019 com ativos totais no montante de R\$ 894.184 mil (R\$ 841.284 mil em 31 de dezembro de 2018), receita bruta de R\$ 277.087 mil (R\$ 208.879 mil em 30 de junho de 2018) e lucro líquido de R\$ 1.120 mil (R\$ 8.908 mil em 30 de junho de 2018).

Operações de Capitalização

Estabelecendo novas parcerias comerciais para a distribuição do produto, a Empresa vem dinamizando e criando novas formas de abordagem ao consumidor, propiciando aos titulares, maiores atrativos, fazendo com que o produto seja cada vez mais aceito em todos os níveis sociais, face à simplicidade do investimento, o qual não apresenta ao seu titular qualquer risco quanto à sua liquidez.

Investimentos

A Empresa adota uma política de investimentos conservadora, privilegiando a liquidez e a qualidade dos ativos. Utiliza modelos estatísticos para avaliação de risco que visam monitorar e identificar possíveis desvios da política e eventual ruptura dos principais indicadores financeiros que possam comprometer a gestão dos ativos. Tal conservadorismo permite que os valores comprometidos das reservas tenham recursos suficientes para honrar os compromissos em qualquer tempo, com margem de segurança.

Os direitos dos clientes, representados pelas provisões técnicas, estão devidamente garantidas por aplicações financeiras, conforme quadro demonstrativo a seguir, em milhares de Reais:

	2019	2018
1 - Provisões técnicas	644.139	604.515
2 - Aplicações financeiras vinculadas à cobertura de reservas	670.498	656.071
3 - Excesso de cobertura (2-1)	26.359	51.556
4 - Aplicações financeiras livres	4.521	10.231
5 - Aplicações financeiras totais (2+4)	675.019	666.302

Distribuição de Lucros e Dividendos

De acordo com o estatuto social, é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo de 5% do lucro líquido apurado, após a dedução do prejuízo acumulado, se houver. O saldo dos lucros ficará à disposição da Assembleia Geral, para posterior destinação, respeitadas as normas legais aplicáveis.

Perspectivas e Planos da Administração

Durante o primeiro semestre de 2019 a Empresa teve uma massiva concentração de esforços de marketing em torno do produto. Por conta das variáveis socioeconômicas houve uma limitação nos investimentos em mídia, o que obrigou a Empresa a mudar o foco da estratégia, tornando o produto ainda mais atraente, tanto no ponto de venda, quanto na TV e nas mídias digitais com um planejamento mais estratégico.

Já adequado ao Novo Marco Regulatório do mercado de capitalização e atendendo às exigências do órgão regulador, a Empresa procurou entender ainda mais o consumidor potencial e, por meio de um estudo aprofundado da concorrência, conseguiu se diferenciar dos concorrentes regionais lançando novidades como a edição de Mães, que trouxe uma gama de prêmios para as 5 regiões do país.

Em termos conceituais, a Empresa continuou focando a comunicação na captação de novos consumidores, contratando artistas de sucesso na música para segmentar o produto na faixa mais jovem e consumista do mercado. Contudo, mesmo conversando de forma efetiva com os novos consumidores, a Empresa não deixou de se comunicar com o público fiel da Tele Sena. Prova disso é o grande foco em comerciais de ganhadores que mostraram diferentes faixas etárias sendo contempladas.

Outra estratégia de marketing eficiente empregada pela Empresa neste primeiro semestre foi a concentração de investimentos em mídias sociais, com foco nas principais redes, tais como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *Youtube*. Sempre utilizando uma linguagem pertinente aos diferentes públicos concentrado em cada plataforma.

A Empresa obteve grandes resultados conquistados com o cadastro de clientes, que, por meio de promoções que já haviam sido muito eficiente nos exercícios anteriores, continuou premiando aqueles que cadastraram a Tele Sena em nosso site e foram sorteados dentro da nova promoção “Um Sonho de Cadastro”. A estratégia inicial foi criar um tutorial com conteúdo didático explicando ao consumidor como se cadastrar. Paralelamente a essa explicação foram veiculados em diferentes mídias um conteúdo sobre a promoção e também sobre as premiações extras, tais como Smartphones, TVs de última geração e uma visita para conhecer o SBT. E logo que surgiram os primeiros ganhadores também foram divulgados comerciais com seus depoimentos, o que acabou aumentando significativamente o número de cadastros.

Por fim, seguindo uma tendência de mercado, a Empresa continuou criando mecanismos de adequação da Tele Sena física às novas plataformas digitais. Outros projetos que utilizam a plataforma online estão em curso, como uma “*gameificação*” que visa gerar um relacionamento ainda maior com os nossos parceiros comerciais por meio de premiações por desempenho, além de outras ideias em fase embrionária como o *cash back*, *apps*, entre outras ações envolvendo dispositivos de venda online.

O primeiro semestre de 2019 foi desafiador, face às novas exigências mercadológicas e socioeconômicas, mas como já é de costume da Empresa e, dentro da filosofia do Grupo Silvio Santos, conseguiu superar obstáculos, promovendo inovação, gerando resultados e ainda fortalecendo a nossa marca. Com toda essa diversificação comercial e de marketing a Administração acredita que o segundo semestre de 2019 será ainda melhor. Afinal, sonhar é a principal matéria prima da Tele Sena, que há 27 anos realiza o sonho do brasileiro.

Outras Informações

Em conformidade com o disposto na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e suas alterações, a Empresa declara que não houve nenhum acordo de acionistas ou qualquer alteração do controle acionário direto ou indireto.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso da Empresa, com destaque para nossos clientes, operadores logísticos, fornecedores, prestadores de serviços, funcionários e demais empresas do Grupo Silvio Santos.

São Paulo, 28 de agosto de 2019.

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

**Aos Administradores e acionistas da
Liderança Capitalização S.A.**

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Liderança Capitalização S.A. (“Empresa”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Liderança Capitalização S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras

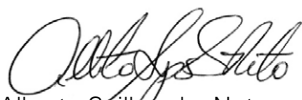
intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os Administradores da Empresa a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de Agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Alberto Spilborgs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Liderança Capitalização S.A.

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante		764.631	709.807	Circulante		679.159	624.092
Disponível		662	397	Contas a pagar		24.907	15.511
Caixa e bancos	4	662	397	Obrigações a pagar	13	18.409	10.516
Aplicações	5	675.019	666.302	Impostos e encargos sociais a recolher		1.688	1.813
Créditos das operações de capitalização		76.237	28.685	Encargos trabalhistas		3.465	2.674
Créditos das operações de capitalização	6	76.237	28.685	Impostos e contribuições		1.112	290
Títulos e créditos a receber		10.017	9.405	Outras contas a pagar		233	218
Títulos e créditos a receber	7	3.044	4.204	Débitos de operações com capitalização	14	10.110	4.064
Créditos tributários e previdenciários	8	5.326	4.344	Débitos operacionais		10.110	4.064
Outros créditos	9	1.647	857	Depósitos de terceiros		3	2
Outros valores e bens		5	5	Provisões técnicas - Capitalização	15	644.139	604.515
Outros valores		5	5	Provisão para resgates		588.355	556.313
Despesas antecipadas	10	2.691	5.013	Provisão para sorteio		40.746	33.942
Ativo não circulante		129.553	131.477	Provisão administrativa		15.038	14.260
Realizável a longo prazo		49.168	50.889	Passivo não circulante		12.219	15.398
Títulos e créditos a receber		49.168	50.889	Outros débitos		12.219	14.312
Créditos tributários e previdenciários	8	27.159	29.170	Provisões judiciais	16	12.219	14.312
Depósitos judiciais e fiscais	16	22.009	21.719	Débitos diversos		-	1.086
Investimentos	11	71.590	71.590	Patrimônio líquido	17	202.806	201.794
Participações societárias		3.033	3.033	Capital social		175.763	273.323
Imóveis destinados à renda		68.557	68.557	Aumento/redução de capital em aprovação		-	(97.560)
Imobilizado	12	8.103	8.123	Reservas de capital		557	557
Imóveis de uso próprio		5.798	5.798	Reservas de lucros		26.004	26.004
Bens móveis		1.645	1.666	Ajustes com títulos e valores mobiliários		(638)	(530)
Outras imobilizações		660	659	Lucros acumulados		1.120	-
Intangível	12	692	875				
Outros intangíveis		692	875				
		894.184	841.284			894.184	841.284

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstração de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita líquida com títulos de capitalização		138.543	104.439
Arrecadação com títulos de capitalização		277.087	208.879
Variação da provisão para resgate		(138.544)	(104.440)
Variação das provisões técnicas	18-a	(2.341)	(2.178)
Resultado com sorteios	18-b	(20.437)	(9.778)
Custos de aquisição	18-c	(114.091)	(92.240)
Outras receitas e despesas operacionais	18-d	19.646	21.071
Outras receitas operacionais		24.368	21.721
Outras despesas operacionais		(4.722)	(650)
Despesas administrativas		(32.720)	(25.833)
Pessoal próprio		(18.719)	(15.983)
Serviços de terceiros		(5.625)	(6.297)
Localização e funcionamento		(3.183)	(2.770)
Publicações		(147)	(153)
Donativos e contribuições		(56)	(53)
Despesas administrativas diversas	18-e	(4.990)	(577)
Despesas com tributos	18-f	(7.395)	(6.526)
Resultado financeiro		19.180	24.543
Receitas financeiras	18-g	21.165	26.919
Despesas financeiras	18-h	(1.985)	(2.376)
Resultado patrimonial		1.464	1.226
Receitas com imóveis de renda		1.464	1.226
Resultado operacional		1.849	14.724
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	18-i	4.057	1.934
Resultado antes de impostos e participações		5.906	16.658
Imposto de renda	19	(2.923)	(4.276)
Contribuição social	19	(1.863)	(3.474)
Lucro líquido do semestre		1.120	8.908
Quantidade de ações		198.602	308.840
Lucro líquido por ação		5,64	28,85

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do semestre	<u>1.120</u>	<u>8.908</u>
Resultados abrangentes	(108)	291
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(180)	529
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	72	(238)
Resultado abrangente total	<u><u>1.012</u></u>	<u><u>9.199</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Reservas							Total
	Capital social	Redução de capital em aprovação	De capital	Legal	De lucros a realizar	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	273.323	-	557	21.092	9.234	(273)	-	303.933
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	291	-	291
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	8.908	8.908
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	-	(4.229)	-	-	(4.229)
Dividendos	-	-	-	-	(4.229)	-	-	(4.229)
Saldos em 30 de junho de 2018	273.323	-	557	21.092	5.005	18	8.908	308.903
Saldos em 31 de dezembro de 2018	273.323	(97.560)	557	21.092	4.912	(530)	-	201.794
Redução de capital	(97.560)	97.560	-	-	-	-	-	-
AGO/E 13/12/2018								
Portaria SUSEP/DIORG N° 1235, de 11 de fevereiro de 2019								
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(108)	-	(108)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	1.120	1.120
Saldos em 30 de junho de 2019	175.763	-	557	21.092	4.912	(638)	1.120	202.806

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Atividades operacionais	2019	2018
Lucro líquido do semestre	1.120	8.908
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	446	453
Perdas (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	1.508	97
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	-	2
Variação das provisões técnicas	139.911	116.347
Outros ajustes	(108)	291
Lucro líquido ajustado	142.877	126.098
Variação das contas patrimoniais		
Ativos financeiros		
I - Valor justo por meio do resultado	177	(1.877)
II - Disponíveis para venda	(8.894)	1.775
Créditos das operações de capitalização	(49.060)	12.915
Créditos fiscais e previdenciários	1.029	2.607
Depósitos judiciais e fiscais	(290)	(414)
Despesas antecipadas	2.322	(1.488)
Outros ativos	370	(2.551)
Fornecedores	9.473	692
Impostos e contribuições	4.232	4.101
Outras contas a pagar	81	(276)
Débitos de operações com capitalização	6.046	670
Depósitos de terceiros	1	1
Provisões técnicas - capitalização	(100.287)	(132.124)
Provisões judiciais	(2.093)	679
Outros passivos	(1.086)	(1.160)
Caixa gerado nas operações	4.899	9.648
Impostos sobre lucros pagos	(3.535)	(4.357)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.364	5.291
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda de ativo permanente:		
Imobilizado	-	7
Pagamento pela compra de ativo permanente:		
Imobilizado	(238)	(464)
Intangível	(5)	(146)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(243)	(603)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(855)	(5.979)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	(855)	(5.979)
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	265	(1.291)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	397	1.667
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	662	376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Liderança Capitalização S.A. (“Empresa”), autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e situada na Rua Jaceguai nº 400, São Paulo-SP, opera na colocação de títulos de capitalização denominados “Tele Sena”. Para a colocação desses títulos é utilizada uma rede de operadores logísticos em todo o Brasil, que também atuam como postos para o resgate dos títulos. Os títulos são estruturados em séries, com prazo de vigência de 12 meses, na modalidade Popular e forma de custeio do tipo Pagamento Único (PU) com capitalização de 50%. Os títulos são emitidos de acordo com as normas da Circular SUSEP nº 569, de 02 de maio de 2018 e alterações posteriores, e segundo as condições gerais e notas técnicas atuariais. Esses títulos têm prazo de prescrição de até cinco anos, conforme previsto no Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

A Empresa foi constituída sob a natureza jurídica de Sociedade Anônima de capital fechado, tendo seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo. O controlador em última instância é o Sr. Senhor Abravanel.

Composição acionária

Acionista	Silvio Santos Participações S.A.		Liderança Capitalização S.A.	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Silvio Santos Participações S.A.	-	-	198.601	99,9995%
Senor Abravanel	4.941.551.662	97,9798%	-	-
Henrique Abravanel	101.887.137	2,0202%	1	0,0005%
Total	5.043.438.799	100,00%	198.602	100,00%

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras intermediárias, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e suas alterações e os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária.

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras intermediárias pela Diretoria foi realizada em 28 de agosto de 2019.

a. Base para mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens contemplados nos balanços patrimoniais:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;
- Outros valores e bens mensurados ao valor de custo.

b. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias; (ii) As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo período contábil.

- Nota 5 – Aplicações financeiras
- Nota 6-a – Créditos das operações de capitalização
- Nota 8 – Créditos tributários
- Nota 15 – Provisões técnicas
- Nota 16 – Provisões judiciais

3 Principais práticas contábeis adotadas

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em caixa, depósitos bancários à vista em moeda nacional e outros ativos financeiros sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b. Apuração de resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

As receitas líquidas com títulos de capitalização, assim como os respectivos custos de comercialização e provisões técnicas, conforme Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações, são integralmente registradas no mês de emissão dos títulos com base em estimativa que consideram parâmetros históricos para cada campanha de venda. Após o término das campanhas são efetuados os ajustes e conseqüentemente refletidas as vendas e despesas efetivas.

c. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado; disponíveis para venda; mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

- **Valor justo por meio de resultado** - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado e a Empresa gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.
- **Disponíveis para venda** - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos e não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
- **Mantidos até o vencimento** - Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Empréstimos e recebíveis** - São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem os "Créditos das operações com capitalização", decrescidos de qualquer perda no valor recuperável.

Redução ao valor recuperável (Ativo financeiro)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir ou não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado quando da efetiva venda dos ativos.

Valor justo

Os títulos classificados como “valor justo por meio do resultado” e “disponíveis para venda” são mensurados ao seu valor justo (mercado). As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente investido e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração, e por se tratar de operações de curto prazo, o custo atualizado está próximo ao valor de mercado.

As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

d. Créditos das operações de capitalização

Registram o valor dos títulos de capitalização a receber, em poder dos operadores logísticos durante o seu período de comercialização.

No que se refere à redução ao valor recuperável de créditos com títulos de capitalização, a provisão é apurada considerando o critério definido na Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações, que consiste no provisionamento de títulos vencidos acima de 60 dias, bem como para títulos a serem cancelados, tomando-se por base estudo retrospectivo e prospectivo, por campanha, líquido dos custos de carregamentos e efeitos tributários.

e. Despesas antecipadas

Compreende, principalmente, custos e despesas incorridos e necessários à colocação de títulos relativos às campanhas futuras, cuja comercialização ainda não iniciou até a data de fechamento do balanço.

f. Outros valores e bens

Demonstrados ao valor de custo acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, até a data de balanço, em base pro rata dia.

g. Investimentos

Investimentos em e coligadas

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em receitas e despesas com ajustes de investimentos em controladas e coligadas.

Imóveis destinados à renda

Correspondem substancialmente ao imóvel recebido da Silvio Santos Participações S.A., em dação em pagamento parcial da dívida, conforme Nota Explicativa nº 20-e, no montante de R\$ 68.030 mensurado pelo seu valor de custo. A descrição da operação e características detalhadas do imóvel constam na Nota Explicativa nº 11.

h. Imobilizado

Mensurado ao custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item.

Reparos e manutenções são contabilizados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

O imobilizado é depreciado usando o método linear conforme se segue:

Bens móveis	5 a 10 anos
Outras imobilizações	25 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de cada exercício.

Imóveis de uso próprio compreende, principalmente, o edifício sede da Empresa. O valor justo dos imóveis, apurado com base em avaliação realizada por empresa especializada, encontra-se superior ao valor contábil e, como consequência e, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado foi cessado o registro da depreciação.

i. Passivo circulante e não circulante

Mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Obrigações a pagar decorrem do curso normal das atividades da Empresa, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário é registrado no passivo não circulante.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 120 (no semestre) para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Empresa optou, no semestre findo em 30 de junho de 2019, pelo regime de tributação pelo lucro real anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertam, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data base das demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação.

k. Provisões judiciais

As contingências ativas e provisões judiciais são avaliadas pela Administração em conjunto com as assessorias jurídicas interna e externa. As contingências ativas somente são reconhecidas quando a sua realização é considerada líquida e certa, já as provisões judiciais são registradas quando a probabilidade de desembolso de caixa é avaliada como sendo provável e se possam mensurar com razoável segurança.

I. Provisões técnicas

São constituídas de acordo com as normas e instruções do CNSP e da SUSEP, a seguir descritas:

- **Provisão matemática para capitalização (PMC)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de pagamento único, representado, em conformidade com as condições gerais dos respectivos títulos, por 50% do valor de aquisição de títulos de capitalização “Tele Sena”, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR), acrescida de juros equivalente a 0,16% ao mês, com prazo de vencimento de um ano.
- **Provisão para sorteios a realizar (PSR)** - Refere-se à provisão para prêmios de sorteios a realizar, discriminados nos títulos de capitalização “Tele Sena” e nos Planos de Incentivo, e definidos segundo nota técnica atuarial de valores variáveis a cada evento.
- **Provisão para resgate (PR)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de títulos de capitalização, depois de transcorrido o prazo de vencimento, e ainda não resgatados, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR).
- **Provisão para sorteios a pagar (PSP)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de prêmios por sorteios já realizados.
- **Provisão para despesas administrativas (PDA)** - Refere-se aos compromissos necessários para cobrir despesas administrativas dos títulos de capitalização “Tele Sena” e dos Planos de Incentivo, definido segundo metodologia descrita em nota técnica atuarial, classificado como “provisões administrativas”.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa	97	97
Bancos	565	300
	662	397

5 Aplicações financeiras

	2019						2018			
	Custo atualizado	Sem vencimento	91 a			Ajuste a valor de mercado	Valor contábil	% da carteira	Valor contábil	% da carteira
			1 a 90 dias	365 dias	Acima de 365 dias					
I - Valor justo por meio do resultado	61.874	61.874	-	-	-	-	61.874	9,17%	62.051	9,31%
Fundos de renda fixa abertos	61.874	61.874	-	-	-	-	61.874		62.051	
II - Disponíveis para venda	612.174	(92)	423.908	-	188.266	1.063	613.145	90,83%	604.251	90,69%
Fundos exclusivos de títulos públicos	612.174	(92)	423.908	-	188.266	1.063	613.145		604.251	
LFT - Letras financeiras do tesouro	181.971	-	-	-	181.971	(24)	181.947		191.034	
LTN - Letras do tesouro nacional	4.646	-	-	-	4.646	930	5.576		156.514	
NTN - Notas do tesouro nacional	1.649	-	-	-	1.649	157	1.806		4.072	
Operações compromissadas (*)	423.908	-	423.908	-	-	-	423.908		252.704	
Caixa e despesas dos fundos exclusivos	-	(92)	-	-	-	-	(92)		(73)	
Total	674.048	61.782	423.908	-	188.266	1.063	675.019	100,00%	666.302	100,00%

(*) As operações compromissadas são lastreadas por títulos públicos, as quais estão custodiadas por meio de instituições financeiras.

Os ativos estão segregados de acordo com os vencimentos contratuais mas possuem liquidez imediata para fazer face às obrigações nas respectivas datas de pagamento.

Alocação por Administrador/Instituição Financeira

	2019	2018
Fundos de renda fixa abertos		
Caixa Econômica Federal	61.874	62.051
	61.874	62.051
Fundos exclusivos de títulos públicos		
Caixa Econômica Federal	257.326	247.671
Banco Bradesco S.A.	163.799	170.390
Banco do Brasil S.A.	192.020	186.190
	613.145	604.251

Movimentação das aplicações financeiras nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

	Saldos				Ajuste a	
	em 2018	Aplicações	Resgates	Rendimentos	valor justo	Saldos em 2019
Fundos de renda fixa abertos	62.051	-	(2.000)	1.823	-	61.874
Fundos exclusivos de títulos públicos	604.251	56.480	(66.175)	18.769	(180)	613.145
Total	666.302	56.480	(68.175)	20.592	(180)	675.019

	Saldos				Ajuste a	
	em 2017	Aplicações	Resgates	Rendimentos	valor justo	Saldos em 2018
Fundos de renda fixa abertos	61.425	-	-	1.877	-	63.302
Fundos exclusivos de títulos públicos	616.114	55.485	(75.665)	17.876	529	614.339
Total	677.539	55.485	(75.665)	19.753	529	677.641

Rentabilidade da carteira

Em 30 de junho de 2019, o rendimento auferido com os ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos totalizou R\$ 20.592 e R\$ 180 de ajuste a valor de mercado negativo, (R\$ 19.753 e R\$ 529 de ajuste a valor de mercado positivo em 2018). Essa rentabilidade representa 100,86% (96,13% em 2018) do CDI que foi de 3,07%, acumulado no semestre findo em 30 de junho de 2019 (3,17% em 2018).

Instrumentos financeiros - Derivativos

A Empresa participa de operações envolvendo instrumentos derivativos, por meio dos fundos exclusivos, destinados à proteção dos riscos a que estão expostos os investimentos, conforme determina a Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015. A administração destes riscos é efetuada por meio de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições.

Os principais instrumentos derivativos utilizados são contratos futuros de juros, negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Em 30 de junho de 2019, a Empresa possuía operações de futuro com o objetivo de troca de rentabilidade de operações prefixadas para remuneração pela variação dos depósitos interfinanceiros (DI). As diferenças de taxas são liquidadas diariamente.

Contrato	Posição	Vencimento	Quantidade	Ajuste a	
				Valor de mercado	receber/ (pagar)
Futuro - DI1 F21	Comprada	04/01/2021	30	2.752	3
Futuro - DI1 F22	Comprada	03/01/2022	20	1.716	3
Futuro - DI1 F27	Comprada	04/01/2027	9	525	5
Futuro - DI1 J20	Vendida	01/04/2020	(565)	(54.095)	(27)
Futuro - DI1 N20	Comprada	01/07/2020	574	54.229	40

Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros

A Empresa classifica as aplicações financeiras em três níveis de hierarquia na determinação do valor justo:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** – *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Ativo financeiro	2019			2018		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	-	61.874	61.874	-	62.051	62.051
Disponíveis para venda	613.145	-	613.145	604.251	-	604.251
Total	613.145	61.874	675.019	604.251	62.051	666.302

Aplicações financeiras – Cobertura de reservas

As aplicações financeiras e os ativos utilizados para cobertura das reservas técnicas em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão representados pelo quadro abaixo:

	2019	2018
Ativos garantidores vinculados à cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimentos	670.498	656.071
Total vinculado	670.498	656.071
Aplicações financeiras livres		
Quotas de fundos de investimentos	4.521	10.231
Total de aplicações livres	4.521	10.231
Total	675.019	666.302
Provisões técnicas (Nota 15)	644.139	604.515
Aplicações financeiras - Recursos livres	30.880	61.787
Excesso de cobertura	26.359	51.556
Aplicações financeiras livres	4.521	10.231

6 Créditos das operações de capitalização

a. Créditos a receber de operadores logísticos por vencimento

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
A vencer		
De 1 a 60 dias	72.685	25.993
Vencidos		
De 1 a 60 dias	1.407	63
Acima de 60 dias	338	225
(-) Provisão para perdas (*)	(1.733)	(225)
	<u>72.697</u>	<u>26.056</u>
Valores em trânsito		
Tele Senas em trânsito	252	2.286
Prêmios - pagamentos em trânsito	857	101
Resgates a confirmar	2.431	242
	<u>3.540</u>	<u>2.629</u>
	<u>76.237</u>	<u>28.685</u>

(*) Durante o semestre findo em 30 de junho de 2019 a Empresa passou a constituir provisão para perdas com base na expectativa de títulos a serem cancelados, tomando-se por base estudo retrospectivo e prospectivo, por campanha, líquido dos custos de carregamentos e efeitos tributários.

b. Movimentação da conta de títulos de capitalização a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldos no início do semestre	<u>28.685</u>	<u>43.897</u>
Arrecadação com títulos de capitalização	277.087	208.879
Brindes e furtos	(106)	(98)
Eventos diversos	2.067	(1.371)
Recebimentos	(229.763)	(220.292)
Provisão para perdas	(1.733)	(130)
Saldos no final do semestre	<u>76.237</u>	<u>30.885</u>

7 Títulos e créditos a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Créditos de capitalização a receber	7.032	7.456
Antecipações de resgates	2.800	3.543
Provisão para riscos de créditos a receber (*)	(7.017)	(7.017)
Aluguéis a receber	229	221
Outras	-	1
	<u>3.044</u>	<u>4.204</u>

(*) Refere-se a valores não repassados à Empresa por operadores logísticos os quais estão sendo cobrados judicialmente.

8 Créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante:		
Créditos de imposto de renda a compensar	2.958	2.389
Créditos de contribuição social a compensar	2.368	1.950
Outros	-	5
	<u>5.326</u>	<u>4.344</u>
Não circulante:		
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (a)		
Imposto de renda	3.321	3.799
Contribuição social	1.992	2.279
	<u>5.313</u>	<u>6.078</u>
Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (b)		
Imposto de renda	13.653	14.432
Contribuição social	8.193	8.660
	<u>21.846</u>	<u>23.092</u>
	<u>27.159</u>	<u>29.170</u>

a. Créditos tributários sobre diferenças temporárias

Os créditos tributários decorrem, substancialmente, das provisões judiciais (Nota 16). O prazo de realização dos créditos oriundos de provisões judiciais está condicionado ao desfecho das ações em andamento.

	2019			2018		
	Base do crédito tributário	Imposto de renda	Contribuição social	Base do crédito tributário	Imposto de renda	Contribuição social
Diferenças temporárias						
PIS/COFINS	10.930	2.733	1.640	10.605	2.651	1.591
Processos cíveis	893	223	134	2.972	743	446
Processos trabalhistas	301	75	45	643	161	96
Contingência IPTU	95	24	14	92	23	14
Marcação a mercado - Títulos disponíveis para venda	1.063	266	159	883	221	132
	13.282	3.321	1.992	15.195	3.799	2.279

A projeção de prazo para realização dos créditos tributários oriundos de diferenças temporárias está representada, conforme quadro a seguir:

Período	Créditos tributários			%
	Base dos créditos tributários	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	
2019	990	248	148	7,45%
2020	114	28	17	0,86%
2021	308	77	46	2,32%
2022	899	225	135	6,77%
2023	7.702	1.926	1.155	57,99%
2024	5	1	1	0,04%
2028	3.264	816	490	24,57%
Total	13.282	3.321	1.992	100,00%

b. Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social

A Empresa possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 54.616 (R\$ 57.729 em 31 de dezembro de 2018) e constituiu crédito tributário no valor de R\$ 21.846 (R\$ 23.092 em 31 de dezembro de 2018).

Tributos períodos anteriores (IR/CS)	2019			2018		
	Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	Créditos tributários Imposto de renda diferido	Contri-buição social diferida	Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	Créditos tributários Imposto de renda diferido	Contri-buição social diferida
Saldos no início do semestre	57.729	14.432	8.660	98.810	24.702	14.245
Compensação (Nota 19)	(2.191)	(548)	(329)	(4.950)	(1.237)	(990)
Compensação de tributos períodos anteriores (IR/CS)	(922)	(231)	(138)	-	-	-
Saldos no final do semestre	54.616	13.653	8.193	93.860	23.465	13.255

A constituição de créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, principalmente, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social para os próximos exercícios.

A projeção de prazo para realização dos créditos tributários oriundos de prejuízo fiscal e base negativa está representada, conforme quadro a seguir:

Período	Projetado			
	Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	%
2019	4.647	1.161	698	8,50%
2020	6.459	1.615	969	11,83%
2021	6.284	1.571	943	11,51%
2022	9.708	2.427	1.456	17,78%
2023	10.289	2.572	1.543	18,84%
2024	12.269	3.067	1.840	22,46%
2025	4.960	1.240	744	9,08%
Total	54.616	13.653	8.193	100,00%

Os valores de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social compensados até o semestre findo em 30 de junho de 2019 totalizaram R\$ 114.012 (R\$ 110.899 até 31 de dezembro de 2018). Comparados aos valores projetados, representam seus respectivos 198,13% (203,73% até 31 de dezembro de 201) conforme apresentado abaixo:

Período	Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social		%
	Projetado	Realizado	
2015	12.023	14.546	120,98%
2016	15.899	7.289	45,85%
2017	14.646	47.983	327,62%
2018	11.865	41.081	346,24%
2019	3.111	3.113	0,00%
Total	57.544	114.012	198,13%

9 Outros créditos

Referem-se, principalmente, a adiantamentos efetuados, conforme quadro demonstrativo abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Adiantamentos a funcionários	1.006	322
Adiantamentos a fornecedores	23	187
Outros adiantamentos	618	348
	<u>1.647</u>	<u>857</u>

10 Despesas antecipadas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prestação de serviços a apropriar	1.674	2.466
Propaganda e publicidade a apropriar	723	2.452
Outras	294	95
	<u>2.691</u>	<u>5.013</u>

11 Investimentos

	RBV Residencial Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Imóveis urbanos destinados a renda.	Total 2019	Total 2018
Total de ativos	38.909			
Total de passivos	17.402			
Capital social	25.030			
Patrimônio líquido	21.507			
Número de quotas possuídas	3.530.220			
Participação societária	14,10%			
Saldo dos investimentos no final do semestre	3.033	68.557	71.590	71.590

Em 23 de outubro de 2013 a Empresa recebeu do acionista Silvio Santos Participações S.A., a título de dação em pagamento parcial de dívida, um imóvel avaliado em R\$ 68.030. Anualmente é efetuado teste de *impairment* por escritório especializado, utilizando o método evolutivo, não sendo apurada nenhuma perda no investimento.

Trata-se de um imóvel comercial, tipo galpão de uso geral médio, localizado no Município de Osasco – SP, próximo à Rodovia Anhanguera. O imóvel encontra-se parcialmente locado para a empresa ligada SS Comércio de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal Ltda., com geração de receita de R\$ 1.208 no semestre findo em 30 de junho de 2019 (R\$ 1.003 em 2018).

Em linha com o CPC nº 28 - Propriedade para Investimento, encontra-se classificado para imóveis destinados à renda, o valor contábil correspondente a 4 salas do imóvel pertencente à Empresa, localizado na Av. Marechal Camara, 160 – RJ, destinadas à locação.

12 Imobilizado e intangível

					<u>Totais</u>	
	Imóveis de uso próprio	Bens móveis	Outras imobilizações (a)	Intangível (b)	2019	2018
Saldo no início do semestre						
Custo	17.924	8.043	1.046	2.650	29.663	28.559
(-) Depreciação acumulada	(12.126)	(6.377)	(387)	(1.775)	(20.665)	(19.730)
Saldo contábil líquido	5.798	1.666	659	875	8.998	8.829
Aquisições	-	79	159	5	243	610
Baixas/transferências	-	138	(138)	-	-	(9)
(-) Depreciação	-	(238)	(20)	(188)	(446)	(453)
Saldo contábil líquido no final do semestre	5.798	1.645	660	692	8.795	8.977
Taxas anuais de depreciação		10% a 20%	20% a 4%	20% a 33,33%		

- (a) Os montantes registrados na rubrica "Outras imobilizações" referem-se a benfeitorias em imóveis de terceiros e outras imobilizações em curso.
- (b) Os montantes registrados na rubrica "Intangível" referem-se a marcas e patentes, softwares, e outros intangíveis em andamento (projetos para desenvolvimento de sistemas para uso interno). As licenças de uso de softwares e os sistemas desenvolvidos para uso interno estão sendo amortizadas com vida útil estimada entre três e cinco anos. O intangível é registrado quando existe segurança na mensuração do custo e comprovado se irá gerar benefícios econômicos futuros para Empresa.

13 Obrigações a pagar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores	17.914	8.467
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	856
Participação sobre resultados a pagar	363	1.088
Outras	132	105
	18.409	10.516

14 Débitos de operações com capitalização

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Comissões sobre venda de títulos	10.110	4.064
	10.110	4.064

15 Provisões técnicas

As movimentações das provisões técnicas nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 foram:

	Provisão						2019	2018
	Matemática para capitalização	Para resgate	Para sorteios a realizar	Para complementação de sorteios	Para sorteios a pagar	Para despesas administrativas		
Saldos no início do semestre	216.116	340.197	3.473	-	30.469	14.260	604.515	628.976
Constituições	226.400	-	29.165	1.563	5.354	1.338	263.820	196.056
Cancelamentos	(87.856)	-	(11.073)	-	(2.522)	-	(101.451)	(72.634)
Atualização monetária e juros	1.286	40	91	-	(2)	-	1.415	1.162
Pagamentos de resgates e sorteios	(1)	(86.319)	-	-	(13.968)	-	(100.288)	(110.521)
Prescrições	-	(21.532)	-	-	(1.235)	-	(22.767)	(22.779)
Reversões	-	24	(1)	-	(568)	(560)	(1.105)	(7.061)
Transferências	(109.023)	109.023	(15.489)	(1.563)	17.052	-	-	-
Saldos no final do semestre	246.922	341.433	6.166	-	34.580	15.038	644.139	613.199

16 Provisões judiciais

As provisões judiciais são constituídas para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos referidos processos. A avaliação quanto à probabilidade de perda das ações é realizada pelos advogados que patrocinam as causas, levando em conta seu histórico de resultados, bem como as alterações das jurisprudências aplicáveis.

	Provisões judiciais				Depósitos judiciais					
	Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2019	Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2019
PIS/COFINS (a)	10.605	-	-	325	10.930	8.888	-	-	120	9.008
Contribuição social (b)	-	-	-	-	-	12.096	-	-	257	12.353
Trabalhista (c)	643	3	(368)	23	301	190	165	(293)	10	72
Cíveis (d)	2.972	841	(2.975)	55	893	114	3.421	(3.453)	38	120
Processos administrativos (e)	-	-	-	-	-	429	-	-	13	442
Outros	92	-	-	3	95	2	12	-	-	14
Total	14.312	844	(3.343)	406	12.219	21.719	3.598	(3.746)	438	22.009

	Provisões judiciais				Depósitos judiciais					
	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2018
PIS/COFINS (a)	6.990	198	-	975	8.163	8.640	-	-	125	8.765
Contribuição social (b)	-	-	-	-	-	11.618	-	-	214	11.832
Trabalhista (c)	1.152	268	(831)	53	642	104	60	-	9	173
Cíveis (d)	2.909	6	(30)	40	2.925	105	1	-	5	111
Total	11.051	472	(861)	1.068	11.730	20.467	61	-	353	20.881

Classificação de risco das ações judiciais

Contingências	2019			2018	
	Provável	Possível	Remota	Total	Total
PIS/COFINS (a)	8.677	2.253	-	10.930	8.163
Trabalhista (c)	301	25.047	-	25.348	25.526
Cíveis (d)	893	3.160	2.132	6.185	7.209
Processos administrativos (e)	-	18.850	-	18.850	3.275
Outros	95	-	-	95	-
Total	9.966	49.310	2.132	61.408	44.173

a. PIS/COFINS

A Empresa ingressou com Ação Ordinária com pedido de tutela antecipada, processo nº 98.0040015-0 (nº novo 0040015-93.1998.4.03.6100), com a finalidade de poder recolher as contribuições ao PIS - Programa de Integração Social com base nas Emendas Constitucionais nº 1/94 e nº 17/97, ou seja, com a alíquota de 0,75% incidente sobre a receita bruta operacional (faturamento), se ocorrer, afastando a incidência do disposto na Medida Provisória nº 517/94 e suas reedições. O feito encontra-se sobrestado desde 28 de junho de 2012, em face de repercussão geral, reconhecida pelo Ministro Luiz Fux, em 6 de fevereiro de 2012, no Recurso Extraordinário nº 609.096 e, deverá aguardar decisão do Supremo Tribunal Federal. Em face dessa circunstância e, tendo em vista que a tese continua favorável ao contribuinte, os assessores jurídicos classificam o risco como possível. A Empresa constituiu provisão no montante de R\$ 8.677 (R\$ 8.419 em 31 de dezembro de 2018).

A Empresa discute, ainda, suposta violação ao disposto na Lei nº 9.718/98, em fase administrativa (Processo nº 16327.720703/2015-08), com possibilidade possível de êxito. A Empresa constituiu provisão no montante de R\$ 2.253.

b. Contribuição social

A Empresa discutia a majoração da alíquota da contribuição social (Lei 11.727/2008). O processo tramitava na 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, com probabilidade “possível”, e a diferença entre a alíquota de 9% para 15% permanecia provisionada sob o conceito de obrigação legal. Com a promulgação da Lei nº 13.169/2015, a Empresa passou a discutir a majoração da alíquota da contribuição social para 20%. O mandado de segurança tramitava na 5ª Vara Cível da Subseção Judiciária de São Paulo/Capital sob nº 0017324-89.2015.403.6100, com probabilidade “possível”, e a diferença entre a alíquota de 9% para 20%, ou seja, 11% permanecia provisionada sob o conceito de obrigação legal.

Todavia, em recente revisão do procedimento, constatou-se que a tese em questão não tem encontrado respaldo perante o Egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região e que também não foi acolhida pelos Tribunais Superiores, o que levou a Empresa a desistir do pleito, tanto em primeira, quanto em segunda instância, na data de 31 de agosto de 2017 (protocolo de 04 de setembro de 2017).

Os valores depositados, após a transferência para a Fazenda Nacional, serão levantados pela Empresa.

c. Trabalhista

Refere-se a reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Os processos trabalhistas encontram-se provisionados na rubrica "Provisões judiciais" classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

d. Cíveis

A Empresa possui registros de processos judiciais cíveis que se encontram em diversas instâncias, originadas, principalmente, por questionamentos quanto à premiação. A Empresa constituiu provisão para perdas em processos cíveis classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

e. Processos administrativos

A Empresa responde por processos, em fase administrativa, conforme descritos abaixo:

- Processo nº 16327.903170/2017-51 (Ação anulatória nº 5017521-51.2-18.4.03.6100) que discute suposta falta de recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte da competência de 11/2016, encontra-se com exigibilidade suspensa, em face de depósito judicial na íntegra efetuado para garantia em juízo e com ampla possibilidade de êxito;

- Processo nº 16327.002068/2005-01 que discute a não retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre serviços prestados pela Caixa Econômica Federal e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com ampla possibilidade de êxito, tendo em vista que aquelas empresas declaram o tributo em sua contabilidade (sendo a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos imune) e a decisão favorável obtida junto ao CARF, estando o feito aguardando julgamento de recurso voluntário impetrado pela Receita Federal do Brasil;

- Processo nº 10855.723463/2018-83 lavrado com o intuito de cobrar supostos débitos previdenciários decorrentes do não recolhimento de contribuição previdenciária sobre os valores pagos em razão de contrato de cessão de imagem e voz com ampla possibilidade de êxito, dado que se trata de cessão de direitos personalíssimos.

A Administração de Empresa entende que tais processos não decorrem de uma obrigação legal constituída, e não constitui provisão.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 198.602 (308.840 em 2018) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 885,00 cada ação, totalizando o montante de R\$ 175.763 (R\$ 273.323 em 2018).

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2018, foi aprovada, pelos acionistas, a redução do capital social no montante de R\$ 97.560, correspondente a 110.238 ações ordinárias nominativas. O referido ato foi aprovação junto ao órgão regulador, conforme Portaria SUSEP/DIORG Nº 1235, de 11 de fevereiro de 2019.

b. Dividendos e remuneração sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual após as deduções legais, conforme estabelecido no estatuto social.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2019, foram pagos, aos acionistas, o saldo líquido de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 855, disponibilizados no exercício de 2018.

c. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída ao final de cada exercício social mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, e até que atinja 20% do capital social realizado, conforme Artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76.

A reserva de lucros a realizar é constituída por até 100% do lucro líquido remanescente, após as deduções legais, ao final de cada exercício social, tendo por finalidade assegurar investimentos em ativos permanentes e reforço do capital de giro podendo, também, absorver prejuízos.

Essa reserva, em conjunto com a reserva legal, não poderá exceder o valor do capital social. Os acionistas, reunidos em Assembleia Geral, poderão a qualquer tempo, ou quando atingido o limite estabelecido, deliberar sobre sua destinação para aumento do capital social ou distribuição de dividendos.

18 Detalhamento das contas de resultado

a. Variação das provisões técnicas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Variação da provisão para complementação de sorteios:		
Constituições (Nota 15)	(1.563)	(8.452)
Reversões (Nota 15)	-	2.706
Variação da provisão para despesas administrativas:		
Constituições (Nota 15)	(1.338)	-
Reversões (Nota 15)	560	3.568
	<u>(2.341)</u>	<u>(2.178)</u>

b. Resultado com sorteios

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Variação da provisão para sorteios:		
Constituições (Nota 15)	(34.519)	(12.604)
Cancelamentos (Nota 15)	13.595	2.074
Reversões (Nota 15)	569	803
Despesas com títulos sorteados	(82)	(51)
	<u>(20.437)</u>	<u>(9.778)</u>

c. Custos de aquisição

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Corretagem	(44.707)	(38.822)
Despesas de vendas	(11.280)	(9.543)
Publicidade e propaganda	(58.104)	(43.875)
	<u>(114.091)</u>	<u>(92.240)</u>

d. Outras receitas e despesas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas com prescrição de exigibilidades	21.781	21.299
Outras receitas com operação de capitalização	2.587	422
Perdas na recuperação de créditos	(4.080)	(463)
Furtos de Tele Senas	(65)	(83)
Outras despesas	(577)	(104)
	<u>19.646</u>	<u>21.071</u>

e. Despesas administrativas diversas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Condenações judiciais (*)	(3.821)	(6)
Provisão de contingências judiciais cíveis (Nota 16)	(841)	(6)
Provisão de contingências judiciais trabalhistas (Nota 16)	(3)	(268)
Provisão de contingências judiciais fiscais (Nota 16)	-	(198)
Multas e infrações:	(291)	(62)
Despesas não detutíveis	(6)	(20)
Despesas diversas	(28)	(17)
	<u>(4.990)</u>	<u>(577)</u>

(*) Condenações judiciais decorrentes de pagamentos efetuados, apenas transitam em contas de resultados devido às exigências legais de escrituração fiscal tendo sua contra partida à rubrica Ganhos ou perdas com ativos não correntes (Nota 18-i), não afetando diretamente o resultado líquido.

f. Despesas com tributos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
COFINS	(5.904)	(5.095)
PIS	(921)	(828)
Outros	(570)	(603)
	<u>(7.395)</u>	<u>(6.526)</u>

g. Receitas financeiras

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Títulos de renda fixa:		
Valor justo por meio do resultado	1.823	1.878
Disponíveis para venda	18.768	17.875
Juros sobre ativos financeiros avaliados ao valor presente	-	6.758
Atualização monetária de depósitos judiciais (Nota 16)	438	353
Outras	136	55
	<u>21.165</u>	<u>26.919</u>

h. Despesas financeiras

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Atualização monetária das provisões técnicas de capitalização (Nota 15)	(1.415)	(1.162)
Atualização monetária das provisões para contingências (Nota 16)	(406)	(1.068)
Outras	(164)	(146)
	<u>(1.985)</u>	<u>(2.376)</u>

i. Ganhos ou perdas com ativos não correntes

	2019	2018
Reversão de provisões judiciais cíveis (Nota 16) (*)	2.975	30
Reversão de provisões judiciais trabalhistas (Nota 16)	368	831
Reversão de provisões operacionais	181	406
Recuperação de despesas	530	541
Outros ganhos	3	126
	4.057	1.934

- (*) Reversão de provisões judiciais decorrentes de pagamentos efetuados, apenas transitam em contas de resultados devido às exigências legais de escrituração fiscal, não afetando diretamente o resultado líquido.

19 Imposto de renda e contribuição social

Os encargos com imposto de renda e contribuição social, em 30 de junho de 2019 e 2018, estão assim demonstrados:

	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro contábil antes dos impostos e participações	5.906	5.906	16.658	16.658
Adições	4.741	4.740	2.233	2.233
Provisão para contingências (Nota 16)	1.250	1.250	1.503	1.503
Redução ao valor recuperável - Operações de capitalização	1.508	1.508	97	97
Multas indedutíveis	-	-	59	59
Outras	1.974	1.973	574	574
Exclusões	(3.343)	(3.343)	(2.391)	(2.391)
Reversão de provisão para contingências (Nota 16)	(3.343)	(3.343)	(824)	(824)
AVP - Ajuste a valor presente	-	-	(1.567)	(1.567)
Lucro fiscal antes das compensações	7.304	7.303	16.500	16.500
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(2.191)	(2.191)	(4.950)	(4.950)
Base de cálculo	5.113	5.112	11.550	11.550
Tributos correntes (IR/CS)	(1.266)	(767)	(2.876)	(2.310)
Incentivos fiscais dedução	286	211	69	-
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	(779)	(467)	(1.237)	(990)
Créditos tributários sobre diferenças temporais	(523)	(314)	(130)	(117)
Tributos períodos anteriores (IR/CS)	(641)	(526)	(102)	(57)
Total de tributos	(2.923)	(1.863)	(4.276)	(3.474)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	38,64%	22,64%	25,06%	20,51%

Conciliação dos impostos às alíquotas oficiais incidentes sobre o resultado contábil:

	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes de impostos e participações	5.906	5.906	16.658	16.658
Alíquotas oficiais	25%	15%	25%	20%
Encargos de imposto de renda e contribuição social	(1.477)	(886)	(4.165)	(3.332)
Ajustes dos encargos às alíquotas oficiais:				
Despesas não dedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(349)	(210)	40	32
Compensação de prejuízos fiscais	548	329	1.237	990
Ajuste da alíquota adicional do IR	12	-	12	-
Incentivos fiscais	286	211	69	-
Impostos diferidos	(1.302)	(781)	(1.367)	(1.107)
Impostos exercícios anteriores	(641)	(526)	(102)	(57)
Total dos tributos	(2.923)	(1.863)	(4.276)	(3.474)

20 Transações com partes relacionadas

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	2019	2018	2019	2018
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A.	(2.152)	(2.056)	(15.165)	(12.693)
Imagem e voz	(10.409)	(3.516)	(30.568)	(23.042)
Custos de aquisição	(12.561)	(5.572)	(45.733)	(35.735)
Serviços compartilhados	(147)	(150)	(629)	(551)
Despesas com serviços de terceiros	(147)	(150)	(629)	(551)
SS Com. de Cosméticos e Prod. Hig. Pessoal Ltda.	187	176	1.208	1.003
BF Utilidades Domésticas Ltda.	2	5	14	13
Receitas de aluguel	189	181	1.222	1.016
Silvio Santos Participações S.A.	-	-	-	6.758
Outros valores e bens	-	-	-	6.758
Juros sobre o capital próprio a pagar	-	855	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	855	-	-
Hotel Jequitimar Ltda.	(6)	(6)	-	-
Outras contas a pagar	(6)	(6)	-	-

- a. Custos de aquisição:** As despesas que estão registradas neste grupo são decorrentes de:
- (i) Custos por veiculação publicitária, propaganda e divulgação dos títulos de capitalização que comercializa;
 - (ii) Contrato de cessão de direito de imagem e voz, com o objetivo de promoção de campanhas publicitárias de seus produtos.
- b. Despesas com serviços de terceiros:** refere-se ao rateio de serviços contábeis, financeiros, de suporte administrativo e de processamento de dados estabelecido com o SBT. Os valores decorrentes dessas operações estão classificados na rubrica "Obrigações a pagar", os quais estão pendentes de pagamento e correspondem a parcelas ainda não vencidas, com observância dos prazos usuais.
- c. Receitas de aluguel:** A Empresa mantém contratos de aluguel de imóveis com empresas ligadas e outras partes relacionadas e foram registrados na rubrica "Receita com imóveis de renda", o saldo pendente de recebimento está registrado na rubrica "Títulos e créditos a receber".
- d. Remuneração do pessoal chave da administração:** O pessoal chave da administração inclui conselheiros e diretores e os valores pagos a título de pró-labore montam R\$ 735 (R\$ 192 em 30 de junho de 2018).
- e. Outras informações:** Em 17 de novembro de 2010, a Empresa alienou à Silvio Santos Participações S.A. o total de 60.983.906 ações dos investimentos anteriormente mantidos no Banco Panamericano S.A., pelo montante de R\$ 305.529 (R\$ 5,01 por ação) com vencimento para liquidação em 16 de novembro de 2020 atualizado pela variação do IGPM – Índice Geral de Preços para Mercado.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Administração da Empresa registrou o montante de R\$ 126.569 a título de ajuste a valor presente sobre o montante a receber decorrente da referida venda, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações assinado em 17 de novembro de 2010. O ajuste a valor presente foi calculado para reconhecer a nova medição do ativo, anteriormente registrado pelo seu valor de face e utilizou-se como taxa de desconto o CDI futuro, tomando-se por base o valor do ativo atualizado projetado pelo IGPM até a data de vencimento.

Em 23 de outubro de 2013 a Silvio Santos Participações S.A. amortizou parte da dívida por meio de dação de imóvel no montante de R\$ 68.030 (Nota 11).

Em 31 de agosto de 2014, a Silvio Santos Participações S.A. amortizou parte da dívida por meio de distribuição de dividendos antecipados do exercício de 2014, no montante de R\$ 119.424. Em 24 de setembro de 2014, amortizou parte da dívida, mediante pagamento em espécie, no montante de R\$ 13.000. Em 30 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015 amortizou parte da dívida por meio de distribuição de dividendos antecipados dos exercícios de 2014 e 2015, no montante de R\$ 52.000 e R\$ 23.200, respectivamente. Ainda em 31 de dezembro de 2015 amortizou parte da dívida por meio de distribuição de juros sobre o capital próprio antecipados do exercício de 2015

no montante líquido de R\$ 6.800. Em 31 de março de 2017 amortizou parte da dívida por meio de distribuição de dividendos de exercícios anteriores, no montante de R\$ 20.000.

O saldo remanescente com vencimento em 31 de agosto de 2020 foi atualizado pela variação do IGPM – Índice Geral de Preços para Mercado, conforme aditivo contratual, até 30 de novembro de 2018. Em 12 de dezembro de 2018 a Silvio Santos Participações S.A. amortizou parte da dívida com utilização de juros sobre o capital próprio antecipados do exercício de 2018 no montante líquido de R\$ 7.007 recebidos da investida e, em 13 de dezembro de 2018 liquidou o saldo remanescente da dívida, no montante de R\$ 97.560 por meio de redução de capital social da investida (Nota 17-a).

21 Plano de aposentadoria complementar

A Empresa é co-patrocinadora do Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão (administrado pela MetLife Administradora de Fundos Multipatrocinados Ltda.), entidade fechada de previdência privada constituída sob a forma de sociedade civil. Os planos concedem a todos os empregados que atenderem às condições de elegibilidade estabelecidas nos regulamentos, benefícios suplementares aos da previdência social. O plano está estruturado na modalidade de “Contribuição definida”, e o regime atuarial adotado é de capitalização financeira. As contribuições da Empresa correspondem a 5% do “salário de participação” definido no Regulamento do Plano e a 100% da contribuição básica efetuada pelos participantes. A Empresa participa também com contribuições especiais, segundo fórmula de cálculo estabelecida no Regulamento, e a seu exclusivo critério, com contribuições extraordinárias. No semestre findo em 30 de junho de 2019, as contribuições pagas ao fundo totalizaram R\$ 339 (R\$ 371 em 30 de junho de 2018).

22 Gestão de risco

a. Filosofia de gestão corporativa

A gestão corporativa do Grupo Silvio Santos pauta-se por iniciativas que refletem solidez e rentabilidade. Neste contexto, cabe mencionar a existência de comitês de gestão que estão em linha com as melhores práticas de mercado, a saber:

- i. Conselho de direção** - Compete zelar pelos interesses dos acionistas, decidir sobre os planos estratégicos de investimentos, empreendimentos, orçamentos, objetivos gerais e sociais das empresas e, ainda, aprovar as estratégias de atuação do Grupo Silvio Santos.
- ii. Comitê financeiro** - Formula e define as principais estratégias e assuntos financeiros do Grupo Silvio Santos e de suas empresas, propondo e padronizando a consolidação das políticas e práticas relacionadas com controles financeiros.
- iii. Comitê de recursos humanos** - Propõe, examina e acompanha todos os planos, políticas, práticas e processos estratégicos e operacionais relativos aos assuntos de Recursos Humanos das empresas do Grupo Silvio Santos. Aponta diretrizes e premissas que orientam os orçamentos das empresas do Grupo Silvio Santos para o desenvolvimento e aprimoramento de todos colaboradores.

iv. Comitê de tecnologia da informação - Compete manter as atualizações das políticas de Tecnologia da Informação do Grupo Silvio Santos, de forma a garantir a eficácia operacional dos negócios.

b. Procedimentos de prevenção

É de responsabilidade de todos os funcionários e colaboradores tomar conhecimento do Código de Conduta Ética do Grupo Silvio Santos e do Termo de Responsabilidade sobre o uso de recursos Corporativos de Tecnologia da Informação, além de evitar situação que implique ou possa ser interpretada como prejuízo à organização e suas empresas, e, por consequência, a si próprio. O funcionário ou colaborador deve comunicar imediatamente, aos supervisores ou ao Comitê Interno de Ética, quaisquer situações ou transações que estejam ou possam estar relacionadas ao risco de fraude e ilícitos semelhantes.

Além das responsabilidades comuns aos funcionários, todos devem respeitar e praticar, de forma inequívoca, os preceitos de boas práticas, bem como orientar seu grupo de trabalho a manter o mais alto padrão de comportamento ético.

É de responsabilidade ainda dos gestores em cargos de comando, desenvolver um ambiente de trabalho que estimule um diálogo franco, principalmente em relação a conflitos de interesse e posturas éticas. Deverão analisar as situações de conflito de interesse identificadas, situações de suspeitas de fraudes e encaminhá-las para o canal interno de comunicação Linha Ética do Grupo Silvio Santos.

c. Lavagem de dinheiro

A Circular nº 445/12 da SUSEP dispõe sobre os controles internos específicos com o objetivo de prevenir e combater os crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, ou os crimes que com eles possam relacionar-se, o acompanhamento das operações realizadas e as propostas de operações com pessoas politicamente exposta, bem como prevenir e coibir o financiamento ao terrorismo, contidos na Lei nº 9.613/98. A Empresa observa rigorosamente tais preceitos ao definir, como uma de suas políticas básicas, o conhecimento de seus clientes, mantendo atualizadas suas informações cadastrais e determina procedimentos internos que visam coibir: a) a compra ou venda de ativos por preço significativamente inferior ou superior ao de mercado; b) a mudança repentina ou aparentemente injustificada na forma de movimentação de recursos e nos tipos de transações utilizadas; c) operações ou propostas de operações com vínculo direto ou indireto, realizada por pessoa estrangeira que seja residente, domiciliada ou tenha sede em região considerada paraíso fiscal ou em locais onde é observada a prática contumaz de crimes tipificados pela Lei nº 9.613/98.

Operações suspeitas são as que podem configurar indício de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613/98. As comunicações das operações suspeitas de lavagem de dinheiro são realizadas por meio do sítio do COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras no prazo de 24 horas contadas de sua verificação, de acordo com a Circular SUSEP nº 445/12, sem que seja dada ciência aos envolvidos. As comunicações de boa fé, conforme previsto no § 2º do art. 11, da Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, não acarretarão responsabilidade civil, penal ou administrativa às sociedades de capitalização, seus controladores, administradores e empregados.

Periodicamente são promovidos treinamentos específicos sobre monitoração, identificação e comunicação de operações que possam caracterizar indício de lavagem de dinheiro, corrupção bem como prevenção a fraudes.

d. Controles internos

A avaliação e monitoramento dos controles internos são geridos pela área de Gestão de Risco e *Compliance*, ligada à Diretoria de Tecnologia e Controles Internos. Esta tem por objetivo impulsionar a cultura de controles em busca de ações voltadas para a conformidade. Responde por verificações periódicas junto às várias áreas da Empresa, tendo por resultado empreender ações no sentido de esclarecer e regularizar eventuais não conformidades, observando o atendimento à Circular SUSEP nº 249/04 e suas alterações. Para tanto, é periodicamente elaborado o relatório do sistema de Auto Avaliação dos Controles Internos.

Conforme disposto na Circular SUSEP nº 249/04, o resultado do acompanhamento sistemático dos controles internos é submetido à Diretoria, e seus resultados são formalizados em relatórios específicos e arquivados na área de Gestão de Risco e *Compliance* da Empresa, desta forma a adoção deste mecanismo propicia o aprimoramento da gestão de riscos.

Para sua atuação, segue, normalmente, os seguintes normativos internos e externos: a) as normas legais dos organismos reguladores; b) princípios de segregação de funções; c) princípios éticos e normas de conduta; d) regulamentos, normas e procedimentos internos; e) sistema de informações; f) princípios de prevenção à lavagem de dinheiro e g) processo de prevenção à fraude; h) monitoramento dos processos; e i) comunicação e treinamento. Além destes fatores, são administrados os relacionamentos com a fiscalização, os auditores internos e externos e as relações com associações de classe.

A Empresa possui um Plano de Continuidade de Negócios (PCN) onde estão definidas as responsabilidades estabelecidas na organização para atender a eventos inesperados. O plano é testado e revisado anualmente e contém informações detalhadas de como proceder em caso de acontecimentos inesperados e que possam vir a provocar uma interrupção prolongada nas operações da Empresa e sobre as características das áreas e sistemas envolvidos. É um documento desenvolvido com o intuito de treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias às respostas de controle e combate às ocorrências anormais. Possui também uma área de contingência física localizada a cerca de 20 km do espaço principal das operações diárias.

e. Estrutura de Gestão de Riscos

A Empresa implementou uma estrutura de gestão de riscos, que está integrada nas atividades diárias da Empresa e alinhada ao Sistema de Controles Internos. Os riscos são gerenciados em todos os seus níveis, de acordo com a natureza, tamanho e complexidade das nossas atividades.

A diretoria, os gestores de riscos, os gestores das áreas, os auditores internos e, na verdade, qualquer indivíduo dentro de uma organização pode contribuir para a gestão mais eficaz dos riscos corporativos. As áreas responsáveis pela gestão de riscos são compartilhadas com a diretoria, totalmente segregadas das áreas comerciais e independentes da auditoria interna.

O responsável pela gestão de riscos trabalha com outros gerentes para estabelecer um processo de gestão de riscos eficaz em suas áreas de responsabilidade. O profissional responsável por riscos tem a incumbência de monitorar o progresso e ajudar os demais gerentes a comunicar as informações relevantes sobre riscos a seus superiores, subordinados e pares na organização.

No modelo de Três Linhas de Defesa, implantado na Empresa, onde o controle da gerência é a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos, as diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidade estabelecida pela gerência são a segunda linha de defesa e a avaliação independente é a terceira. Cada uma dessas três linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura mais ampla de governança da organização.

As informações apresentadas aumentam o nível de transparência de informações e ao mesmo tempo atendem os requerimentos da SUSEP, no que diz respeito a Circular 517/15 e suas atualizações posteriores.

f. Riscos técnicos e atuariais

A estrutura de gestão técnica e atuarial é realizada internamente com assessoria de um atuário técnico externo, que elabora o parecer atuarial e informa se as provisões técnicas estão adequadamente constituídas. A Auditoria Atuarial é realizada por uma empresa contratada, que apura se as atividades estão de acordo com as regulamentações conforme Resolução CNSP nº 321/15 e suas alterações, a substituição dos auditores sucede segundo prazo estabelecido pela SUSEP.

g. Riscos financeiros

A política operacional de gerenciamento financeiro é definida pelo Comitê Financeiro. A Empresa utiliza-se da ferramenta específica e de serviços de consultoria econômica para avaliação de cenários.

A administração dos recursos financeiros, oriundos dos investidores em títulos de capitalização, é exposta a diversos riscos cujas ações internas procuramos eliminar ou minimizar, dentro de posturas conservadoras, preservando a segurança e liquidez dos ativos, com baixa exposição a estes riscos.

As aplicações financeiras são alocadas de modo a atender os requisitos acima, e enquadrados dentro das normas exigidas pelos órgãos competentes.

A opção de uma custódia centralizada, aliada a processos internos de acompanhamento, garantem a mitigação do risco de desenquadramento das posições aplicadas. Estas ações garantem que as restrições das normas reguladoras do setor de capitalização sejam seguidas e monitoradas diariamente, pelo agente custodiante e por processos internos de gestão.

h. Riscos operacionais

A Empresa constituiu e implementou um Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), que compreende o desenvolvimento de controles de identificação, captura e classificação das perdas operacionais materiais, dos eventos de recuperação e das atualizações a elas associadas, de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações, para fins de aprimoramento do modelo regulatório de capital de risco baseado no risco operacional.

i. Risco de crédito

A Empresa dispõe sobre critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco de crédito, de acordo com a Resolução CNSP nº 321/15 e suas alterações, onde o risco de crédito pode ocorrer na eventualidade de insolvência dos emissores de ativos financeiros e do não recebimento de valores decorrentes de emissão dos títulos de capitalização.

A possibilidade de perda devido à inadimplência do tomador dos recursos é minimizada evitando concentração de valores numa única instituição, bem como seguindo análises de riscos corporativos e agências de *rating*. Entendendo que os títulos emitidos pelo Governo Federal são considerados como risco soberano e com classificação de baixo risco de crédito, há grande concentração no portfólio da carteira, sempre considerando como parâmetro interno de mínimo 50% (cinquenta por cento) do total aplicado.

j. Risco de mercado

No âmbito da gestão de risco de mercado, a Empresa adota modelo interno baseado no VAR - *Value at Risk*, amplamente aceito e difundido pelo mercado. Embora aplicado a carteiras complexas, pois leva em consideração os efeitos de alavancagem e diversificação, o que não é o caso da carteira da Empresa, entendemos ser o melhor instrumento para apuração de possíveis perdas pelas oscilações dos preços dos ativos, além de ser comparável com performances de fundos abertos do mercado financeiro.

A Empresa adota dois intervalos de confiança na mensuração do VAR, um de 99% de intervalo para atender exigência do órgão regulador, e um de 95% de intervalo, o mais utilizado pelos gestores do mercado financeiro. A escolha do nível de confiança é questão de convenção, já que os intervalos VAR resultantes são de qualquer forma comparáveis entre si, considerando o número de dias de perda provável.

A Empresa atua exclusivamente no segmento de renda fixa. Não atua diretamente no segmento de renda variável, moedas e índices de preços, por entender que a volatilidade destes mercados, possa afetar a liquidez e a previsibilidade dos ganhos financeiros, além de não ser referência de correção das provisões matemáticas. Esse conceito leva em conta a configuração do nosso principal produto, a Tele Sena, que tem como principal característica a capitalização por um ano, e correção pós-fixada pela TR e juros anuais.

Atuação no mercado de derivativos constantes na posição, conforme demonstrado na Nota Explicativa 5 – Aplicações Financeiras, são definidos pelos gestores dos fundos exclusivos de investimento, com o objetivo de buscar rentabilidade adicional ao CDI, mantendo a diretriz principal estabelecida pela Empresa, mantendo a melhor relação possível de retorno *versus* risco.

Considerando ainda que o *benchmark* da Empresa é o CDI - Certificado de Depósito Interbancário, e que toda a exposição do *portfólio*, seja direta ou indiretamente atrelada a este índice, que mesmo em cenários de stress, a carteira tenha um desempenho muito perto dos 100% esperado deste índice.

O mapeamento do risco pela VAR é realizado em 4 janelas móveis de 21, 63, 126 e 252 dias úteis, medindo eventual superação do limite do VAR (*back test*), além de simular uma ruptura da carteira, baseada em rentabilidade do “pior” retorno dos períodos analisados.

Os valores apurados como perda estimada são imateriais considerando o valor da carteira. Em rentabilidade, no pior cenário, a carteira pode rodar entre 97,25% a 110,21% (90,51% a 95,62% em 31 de dezembro de 2018) do CDI que consideramos um patamar mais adequado visto que a proposta é estar próximo dos 100% do índice.

Em paralelo, mas com o mesmo conceito de apuração do risco da carteira, a Empresa mantém contrato de prestação de serviços com empresa especializada em avaliação de risco da carteira, com os mesmos conceitos internos de apuração, agregando ainda a performance da Empresa comparando com o mercado, além de informações relevantes na avaliação de crédito do *portfólio*.

A Empresa implementou ações necessárias para apuração do capital de risco baseado no risco de mercado, de acordo com a Resolução CNSP nº 321/15 e suas alterações, sendo desenvolvido um manual metodológico que descreve os detalhes e as técnicas, premissas, procedimentos e critérios de materialidade adotados para estimação dos fluxos de caixas utilizados como base para o cálculo do capital de risco baseado no risco de mercado.

A Empresa apurou o montante de R\$ 1.745 (R\$ 2.223 em 31 de dezembro de 2018) de capital de risco de mercado, de acordo com a Resolução CNSP nº 321/15 e suas alterações.

k. Risco de liquidez

A opção de não manter nenhum título público até o vencimento, e títulos privados, preferencialmente, em até 90 (noventa dias), são as principais medidas para o gerenciamento da liquidez, muito acima da exigibilidade do prazo médio de pagamento das provisões técnicas.

É compromisso da Empresa, seja qual for o cenário macroeconômico vigente, que o investidor do título tenha o seu resgate garantido, dentro dos prazos e correções estabelecidas nos títulos.

	2019				2018			
	Liquidez <i>Duration</i> 0 dias	Vencimento <i>Duration</i> 208 dias	% Critério liquidez	% Critério vencimento	Liquidez <i>Duration</i> 0 dias	Vencimento <i>Duration</i> 282 dias	% Critério liquidez	% Critério vencimento
Vencimentos								
Sem vencimento	675.019	485.690	100,00%	71,96%	666.302	464.645	100,00%	69,74%
De 181 a 365 dias	-	151.571	0,00%	22,45%	-	6.347	0,00%	0,95%
Acima de 720 dias	-	37.758	0,00%	5,59%	-	195.310	0,00%	29,31%
Total	675.019	675.019	100,00%	100,00%	666.302	666.302	100,00%	100,00%

O *duration* da carteira no critério de liquidez é de 0 dias, com 100% dos recursos disponíveis em até 30 dias, refletindo o conservadorismo da Empresa visto que seu principal produto tem características de alta liquidez e com provisão matemática com *duration* de 79 dias (66 dias em 31 de dezembro de 2018).

Liquidez da carteira	2019				2018			
	Carteira	Provisão matemática	% V carteira	% V reserva	Carteira	Provisão matemática	% V carteira	% V reserva
Sem vencimento	675.019	382.179	100,00%	59,33%	666.302	374.143	100,00%	61,89%
De 1 a 30 dias	-	19.906	0,00%	3,09%	-	20.984	0,00%	3,47%
De 31 a 60 dias	-	20.222	0,00%	3,14%	-	20.299	0,00%	3,36%
De 61 a 90 dias	-	19.116	0,00%	2,97%	-	20.823	0,00%	3,44%
De 91 a 180 dias	-	59.236	0,00%	9,20%	-	60.978	0,00%	10,09%
De 181 a 365 dias	-	143.480	0,00%	22,27%	-	107.288	0,00%	17,75%
Total	675.019	644.139	100,00%	100,00%	666.302	604.515	100,00%	100,00%

A liquidez da carteira de investimentos proporciona, com excelente margem de segurança, o pagamento integral da provisão matemática, dentro de prazos e condições estabelecidas nos títulos e seguindo a legislação em vigor.

A Empresa mantém seu conservadorismo na exposição ao risco de crédito, mantendo a carteira exclusivamente em títulos públicos federais.

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA uma vez que as melhores práticas das agências classificadoras de risco consideram risco soberano como grau de investimento em moeda local.

Ativo financeiro	2019		2018	
	Valor	Rating	Valor	Rating
Renda fixa público	675.019	AAA	666.302	AAA
Total	675.019		666.302	

A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Empresa classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

	Sem vencimento definido	Vencidos		A vencer		2019	2018
		Até 1 ano	Acima de 1 ano	Até 1 ano	Acima de 1 ano		
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	662	-	-	-	-	662	397
Aplicações (*)	62.845	-	-	423.908	188.266	675.019	666.302
Créditos das operações de capitalização	3.540	12	-	72.685	-	76.237	28.685
Títulos e créditos a receber	-	-	-	3.044	-	3.044	4.204
Depósitos judiciais e fiscais	22.009	-	-	-	-	22.009	21.719
Outros créditos	139	-	-	1.508	-	1.647	857
Despesas antecipadas	-	-	-	2.691	-	2.691	5.013
Outros valores e bens	5	-	-	-	-	5	5
Total dos ativos financeiros	89.200	12	-	503.836	188.266	781.314	727.182
Passivos financeiros							
Contas a pagar							
Obrigações a pagar	-	-	-	18.409	-	18.409	10.516
Encargos trabalhistas	-	-	-	3.465	-	3.465	2.674
Outras contas a pagar	-	29	6	198	-	233	218
Débitos com operações de capitalização	-	-	-	10.110	-	10.110	4.064
Depósitos de terceiros	3	-	-	-	-	3	2
Provisões técnicas	15.038	125.239	250.774	253.088	-	644.139	604.515
Provisões judiciais	12.219	-	-	-	-	12.219	14.312
Débitos diversos	-	-	-	-	-	-	1.086
Total dos passivos financeiros	27.260	125.268	250.780	285.270	-	688.578	637.387

(*) Os ativos estão segregados de acordo com os vencimentos contratuais mas possuem liquidez imediata para fazer face às obrigações nas respectivas datas de pagamento.

I. Risco legal

O monitoramento do risco legal é de responsabilidade do departamento jurídico em conjunto com assessores externos, o risco legal decorre do potencial questionamento jurídico da execução dos contratos, processos judiciais ou sentenças contrárias ou adversas àquelas esperadas pela Empresa e que possam causar perdas ou perturbações significativas que afetem negativamente os processos operacionais e/ou a organização da Empresa.

m. Patrimônio líquido ajustado e exigência de capital

Nos termos da Resolução CNSP nº 321/15 e suas alterações, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao capital de risco (CR). O CMR é equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ajustes contábeis		
Patrimônio líquido	202.806	201.794
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais	(3.033)	(3.033)
Despesas antecipadas	(2.691)	(5.013)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de IR e bases negativas de CSLL	(21.846)	(23.092)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(1.395)	(2.073)
Ativos intangíveis	(692)	(875)
Patrimônio líquido ajustado	<u>173.149</u>	<u>167.708</u>
Ajustes associados à variação dos valores econômicos		
Superávit entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista das sociedades de capitalização	606	873
Patrimônio líquido ajustado - total	<u>173.755</u>	<u>168.581</u>
I - Capital base	<u>10.800</u>	<u>10.800</u>
II - Capital de risco	<u>16.816</u>	<u>12.885</u>
Capital de risco de crédito	9.086	4.760
Capital de risco de subscrição	4.996	5.665
Capital de risco operacional	3.845	2.973
Capital de risco de mercado	1.745	2.223
Efeito em função da correlação entre os capitais de risco	(2.856)	(2.736)
Capital mínimo requerido - CMR (Maior entre I e II)	<u>16.816</u>	<u>12.885</u>
Suficiência de capital	<u>156.939</u>	<u>155.696</u>
Índice de liquidez em relação ao CR		
Índice de liquidez requerido	20% 3.363	20% 2.577
Índice de liquidez apurado - Excesso de cobertura (Nota 5)	157% 26.359	400% 51.556

* * *

Diretoria

José Maria Corsi
Diretor Superintendente

Henrique Abravanel
Diretor Administrativo-Financeiro

Lourivaldo Tadeu de Souza Lima
Diretor Comercial

Eduardo Kives Ostronoff
Diretor de Tecnologia e Controles Internos

* * *

Agnaldo de Leonardo
Contador CRC 1SP136994/O-0

Heitor Coelho Borges Rigueira
Atuário - Reg. MTb nº 380 - MIBA